**PROCESSO** **n º** 2000- 008068/2017

**INTERESSADO:** SESAU – DIRETORIA DE LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA

**ASSUNTO:** PAGAMENTO

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000- 008068/2017, em 01 (um) volume, com 60 (sessenta) fls., que versa sobre o pagamento de terceirização de serviços de coleta e remoção de lixo na Central de Medicamentos, no período do mês de abril/2017, através da empresa **CIANO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA (CNPJ nº 15.581.636/0001-41)**. A solicitação de pagamento está orçada em R$ 700,00 (setecentos reais).

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 24, da Lei nº 8.666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/1964, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado nos autos do processo:

**1 – SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO, NOTA FISCAL DE SERVIÇO, DEMONSTRATIVO MENSAL DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO E O ATESTO -** Constata-se Memo nº 303/2017-GER, solicitando pagamento da Empresa **CIANO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., (CNPJ nº 15.581.636/0001-41)**, datado de 15/05/2017, referente pagamento de serviço de coleta e remoção de lixo na Central de Medicamentos da SESAU, mês de abril/2017 (fls. 02/03), Nota Fiscal de Serviço nº 18017, devidamente atestada, datada de 08/05/2017, (fls.04/05), juntamente com os demonstrativos mensais dos serviços.

**2 – DAS CERTIDÕES** – Constata-se as fls. 06/10, 22/26, que foram acostadas aos autos as certidões de regularidade fiscal, vencidas.

**3 – AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –** Verifica-se que não foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para aquisição, emitida pela gestora da SESAU a época.

**4 – COTAÇÃO DE PREÇO –** às fls. 31/32 consta cotações de preços realizadas através do Site [www.cotaçãozenite.com.br](http://www.cotaçãozenite.com.br), com data posterior a prestação dos serviços simplesmente para exemplificar valores não servindo como documento válido.

**5 – AUSÊNCIA DE CONTRATO** – **Na fl. 29, faz referencia a existência do contrato nº 010-2015-SESAU**, que por meio do Segundo Termo Aditivo tem sua vigência até 29/04/2018, visto que apenas existe cobertura contratual nos serviços prestados apenas ao HGE.

**6– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -**  À fls. 27, Consta nos autos do processo informações de dotação orçamentária para atendimento da despesa emanada, referente ao exercício de 2017.

**7 – NOTA DE EMPENHO** - Destaca-se que não houve a emissão da Nota de Empenho reconhecendo o débito e a realização dos serviços prestados.

**8– LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -** Conforme determina a Lei Federal nº 4.320/64, arts. 62 e 63, a empresa **CIANO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. (CNPJ nº 15.581.636/0001-41)** apresentou NFS-e nº 18017 com valor de R$ 700,00 (setecentos reais), que comprova o direito adquirido em receber o respectivo crédito, possibilitando a seguinte verificação:) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. O documento comprobatório do respectivo crédito encontra-se devidamente atestado pelos servidores SESAU.

**9- DO ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 57.404/2018 -** Observou-se o não cumprimento ao que determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 57.404/18, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**10 - DO CUMPRIMENTO DA NOTA TÉCNICA DA PGE/AL –** Considerando as circunstâncias que envolvem o pagamento ora pleiteado, revela-se necessária à observância das recomendações contidas na Nota Técnica exarada pela Procuradoria Geral do Estado de Alagoas – PGE/AL, através do DESPACHO PGE-PLIC-CD, que versa sobre pagamentos pela via indenizatória. *In verbis:*

**I) O pagamento por indenização de despesas realizadas sem cobertura contratual poderá ocorrer quando observados os seguintes requisitos:**

a) Atesto, elaborado pelo ordenador de despesa, do benefício auferido pela Administração Pública;

b) Ausência de má-fé do fornecedor ou executante aferida por meio de processo administrativo e atestada expressamente pelo ordenador de despesa, no sentido de que não tenha contribuído de qualquer forma para a irregularidade (art. 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93:

**c) Nota fiscal com atesto de que os bens/serviços foram efetivamente fornecidos, de acordo com as expectativas da Administração; (atendido)**

d) Justificativa da escolha do fornecedor ou executante;

**e) Comprovação da compatibilidade do valor da indenização com o preço de mercado, aferida nos termos da IN 01/2016/AMGESP ou da IN 03/2015/AMGESP, conforme o caso; (atendido)**

f) Informe do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

g) Inocorrência de prescrição do crédito;

**h) Oitiva prévia da Controladoria Geral do Estado – CGE/AL; (atendido)**

i) Instauração de sindicância administrativa e, sendo o caso, de posterior processo administrativo disciplinar, por meio do qual se possa identificar e responsabilizar o (s) agente público (s) responsável (is) pela assunção irregular da despesa, tudo mediante ampla defesa e contraditório. (Lei nº 5.247/91, art. 158 e seguintes).

(sem grifos no original).

e contraditório. (Lei nº 5.247/91, art. 158 e seguintes). (sem grifos no original).

Os autos evidenciam o cumprimento das recomendações contidas na Nota Técnica exarada no Despacho PGE-PLIC-CD(alíneas **c, e** e **h**), restando necessário à demonstração de cumprimento da recomendação contida na referida Nota Técnica (alíneas **a, b,d, f, g** e **i**).

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a constatação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

**I**. **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS PELA PGE/AL** –Que a SESAU demonstre o cumprimento das recomendações contidas na referida Nota Técnica alíneas(alíneas **a, b,d, f, g** e **i**).

**II.** **DA NOTA DE EMPENHO** -Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e Nota de Liquidação no valor de R$R$ 700,00 (setecentos reais), sendo estes atos condicionados à efetiva realização da sindicância administrativa e Processo Administrativo Disciplinar, quando couber.

**III. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja acostada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.

**IV.** **DAS CERTIDÕES** – Que as certidões referentes à regularidade fiscal da empresa **sejam acostadas** quando do pagamento, sendo este ato condicionado à efetiva realização da sindicância administrativa e Processo Administrativo Disciplinar, quando couber.

**V. DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 57 DO DECRETO Nº 57.404/2018 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 57 do referido Decreto Estadual.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens I a V, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **CIANO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. (CNPJ nº 15.581.636/0001-41)**, mediante publicação do ato, conforme art. 57, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 12 de abril de 2018.

Márcia Soares Costa Correia

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 101-5**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**